

CREFISA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E
INVESTIMENTOS

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2021

CREFISA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

Demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2021

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de vossas senhorias as demonstrações contábeis referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2021 acompanhado do relatório dos auditores independentes.

A administração da Crefisa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos, em conformidade com as disposições legais e estatutárias aplicáveis às Instituições Financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, apresenta suas demonstrações contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2021, acrescidas de notas explicativas, Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e do Relatório dos Auditores Independentes sobre tais demonstrações contábeis.

A instituição

Com mais de 50 anos de solidez e segurança no mercado financeiro, a Crefisa S.A. que tem como um dos seus principais valores, a excelência no atendimento, acredita que nada é mais importante que viabilizar o resgate do crédito para muitos brasileiros que nela acreditam ou, ainda, que tenham na Crefisa a única possibilidade para a solução dos problemas.

Nosso foco é o cliente! Zelar pelo cuidado e atendimento ao cliente é fundamental no dia a dia de nossas soluções financeiras disponibilizadas para os mais diversos públicos de forma prática e cada vez mais moderna, em todo território nacional com mais de 1.000 pontos de atendimento espalhados por todo o Brasil.

Principais destaques

No semestre findo em 30 de junho de 2021, a Crefisa obteve um lucro líquido de R\$ 110.547 mil (R\$ 160.145 mil em 2020), com uma rentabilidade de 2% (3% em 2020) sobre o patrimônio líquido inicial de R\$5.658.670 mil em 2021. Os ativos totalizaram R\$ 6.061.354 (R\$ 6.062.900 mil em 2020).

A receita bruta atingiu R\$1.060.693 mil (R\$1.479.940 mil em 2020).

Governança Corporativa e Controles internos

A Crefisa se utiliza de boas práticas de Governança e por isso, investe fortemente e de forma contínua na excelência da gestão, buscando tornar o ambiente organizacional e institucional mais sólido, justo, responsável e transparente.

Como parte desse processo, faz a manutenção dos controles internos, mediante a análise, revisão e aderência dos processos, bem como análise e monitoramento constante de riscos, mantendo uma estrutura que reforça e garante que os riscos assumidos pelas áreas sejam coerentes com os riscos definidos e assumidos pela Empresa.

Além disso, a Crefisa conta com uma Diretoria experiente e profissionalizada, Comitês estatutários e não estatutários de apoio à Diretoria, como por exemplo, Comitê de Remuneração e Comitê de Auditoria, além de processos de Compliance e Controles Internos, Programa de Prevenção à Lavagem de Dinheiro (PLD), dentre outros recursos.

Ouvidoria

A Ouvidoria Crefisa é um canal de relacionamento diferenciado, criado para atender aos clientes que não se sentiram satisfeitos com a solução apresentada à sua reclamação. O referido componente organizacional encontra-se em funcionamento e a sua estrutura atende às disposições estabelecidas por meio da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.433, de 27 de julho de 2015.

Auditor Independente

A BDO RCS Auditores Independentes é a empresa de auditoria externa contratada para o exame das demonstrações contábeis da Crefisa S.A.

A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor de acordo com os critérios estabelecidos na legislação brasileira.

Agradecimentos

A Administração da Crefisa S.A. agradece aos seus clientes, colaboradores, correspondentes, prestadores de serviços e parceiros pelo apoio, empenho, confiança e dedicação.

São Paulo, 30 de agosto de 2021.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Crefisa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Crefisa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Crefisa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos em 30 de junho de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o "Relatório da Administração".

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o "Relatório da Administração" e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o "Relatório da Administração" e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no "Relatório da Administração", somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança e administração da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional;



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de agosto de 2021.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Waldemar Namura Junior
Contador CRC 1 SP 154938/O-0

CREFISA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

Balances patrimoniais

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e Patrimônio Líquido			
	Nota Explicativa	2021	2020		Nota Explicativa	2021	2020
Circulante		5.689.257	5.698.925	Circulante		178.869	170.325
Disponibilidades	4	577.672	710.262	Outras obrigações		178.869	170.325
Caixa e Depósitos bancários		116.055	71.946	Cobrança, Arrecadação de Tributos e Assemelhados		840	117
Aplicações em Operações Compromissadas		461.617	638.316	Fiscais e Previdenciárias	8	109.167	104.849
Instrumentos financeiros		4.804.922	4.627.896	Diversas	9	68.862	65.359
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	5.1	1.925.463	1.736.876	Não Circulante		56.893	189.913
Títulos e Valores Mobiliários Livres	5.1	1.840.522	1.938.652	Outras obrigações		56.893	189.913
Vinculados a Prestação de Garantias		65.808	70.938	Diversas	10	56.893	53.352
Operações de crédito		1.038.937	952.368	Sociais e Estatutárias		-	136.561
Setor Privado	5.2	1.433.631	1.306.540	Patrimônio Líquido		5.825.592	5.658.670
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	5.3	(394.694)	(354.172)	Capital Social - Domiciliados no País	11.1	5.400.000	5.100.000
Outros Créditos		306.529	360.109	Reservas de Lucros	11.2	425.592	558.670
Diversos	6	304.217	259.204				
Com característica de Concessão	5.2	7.738	155.502				
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	5.3	(5.426)	(54.597)				
Outros Valores e Bens		134	658				
Não Circulante		372.097	319.983				
Operações de Crédito		1.210	-				
Setor Privado	5.2	1.221	157.649				
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	5.3	(11)	(157.649)				
Outros Créditos	6	327.580	288.113				
Com característica de Concessão	5.2	132.094	-				
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	5.3	(50.671)	-				
Créditos Tributários	18	203.078	247.908				
Diversos	6	43.079	40.205				
Imobilizado de Uso	7.1	21.074	22.810				
Outras Imobilizações de Uso		66.476	65.520				
(-) Depreciações Acumuladas		(45.402)	(42.710)				
Intangível	7.3	22.233	9.060				
Ativos Intangíveis		16.279	350				
Outros Ativos Intangíveis		43.706	43.709				
(-) Amortização Acumulada - Ativos Intangíveis		(37.752)	(34.999)				
Total do Ativo		6.061.354	6.018.908	Total do passivo e patrimônio líquido		6.061.354	6.018.908

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CREFISA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

Demonstrações do resultado

Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota Explicativa	1º semestre	
		2021	2020
Receitas da intermediação financeira		930.430	1.259.976
Operações de crédito		877.602	1.193.098
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		52.828	66.878
Despesas da intermediação financeira		(263.266)	(468.633)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.4	(263.266)	(468.633)
Resultado bruto da intermediação financeira		667.164	791.343
Outras receitas/(despesas) operacionais		(492.401)	(498.965)
Receitas de prestação de serviços		16.131	18.500
Despesas de pessoal		(13.125)	(15.835)
Outras despesas administrativas	13	(538.733)	(620.273)
Despesas tributárias	14	(47.482)	(65.057)
Outras receitas operacionais	15	111.770	201.463
Outras despesas operacionais	16	(20.962)	(17.763)
Resultado operacional		174.763	292.378
Resultado não operacional		2.256	(46)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		177.019	292.332
Imposto de renda e contribuição social	17	(20.682)	(107.882)
Provisão para imposto de renda		(12.727)	(66.914)
Provisão para contribuição social		(7.955)	(40.968)
Ativo fiscal diferido		(44.830)	(23.337)
Imposto de renda pessoa jurídica		(28.019)	(14.586)
Contribuição social sobre lucro líquido		(16.811)	(8.751)
Participações sobre o lucro		(960)	(968)
Empregados		(960)	(968)
Lucro líquido do semestre		110.547	160.145
Quantidade de ações		5.400.000.000	5.100.000.000
Lucro líquido por ação (em Reais)		0,02	0,03

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CREFISA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

Demonstrações do resultado abrangente

Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais)

	1º semestre	
	2021	2020
Lucro líquido do semestre	110.547	160.145
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do semestre	<u>110.547</u>	<u>160.145</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CREFISA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital realizado	Reservas de lucros			Lucros líquidos/ (prejuízos) acumulados	Total
		Legal	Estatutárias	Reserva especial de lucros		
Saldos em 1º de janeiro de 2020	4.429.761	99.716	1.096.443	-	-	5.625.920
Aumento de Capital - AGO/E 30/03/2020 homologado pelo Bacen em 22/04/2020	568.613	-	(568.613)	-	-	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	160.145	160.145
Destinação						
Constituição de reserva legal	-	8.007	-	-	(8.007)	-
Reserva estatutária	-	-	152.138	-	(152.138)	-
Dividendos	-	-	(10.872)	-	-	(10.872)
Juros sobre o capital utilizado para aumento de capital	101.626	-	(102.966)	-	-	(1.340)
Saldos em 30 de junho de 2020	5.100.000	107.723	566.130	-	-	5.773.853
Mutações do semestre	670.239	8.007	(530.313)	-	-	147.933
Saldos em 1º de janeiro de 2021	5.100.000	112.834	445.836	-	-	5.658.670
Aumento de Capital - AGO/E 30/04/2021 homologado pelo Bacen em 13/05/2021	300.000	-	(163.439)	-	-	136.561
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	110.547	110.547
Destinação						
Constituição de reserva legal	-	5.527	-	-	(5.527)	-
Reserva estatutária	-	-	105.020	-	(105.020)	-
Dividendos	-	-	(63.386)	-	-	(63.386)
Juros sobre o capital utilizado para aumento de capital	-	-	(16.800)	-	-	(16.800)
Constituição de reserva de lucros	-	-	(95.200)	95.200	-	-
Saldos em 30 de junho de 2021	5.400.000	118.361	212.031	95.200	-	5.825.592
Mutações do semestre	300.000	5.527	(233.805)	95.200	-	166.922

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CREFISA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

Demonstrações do fluxo de caixa Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de Reais)

	1º Semestre	
	2021	2020
Das atividades operacionais		
Lucro líquido do semestre	110.547	160.145
Ajustes ao lucro líquido	334.885	607.146
Depreciações e amortizações	6.001	7.248
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	261.766	468.633
Provisão para outros crédito de liquidação duvidosa	1.500	-
Resultado na alienação de imobilizado	106	46
Provisão imposto de renda e contribuição social	20.682	107.882
Provisão imposto de renda e contribuição social diferido	44.830	23.337
Lucro líquido do semestre ajustado	445.432	767.291
Variações em ativos e passivos	(480.291)	(672.700)
Aumento/(redução) em aplicações em depósitos interfinanceiros	(188.587)	(59.204)
Aumento/(redução) em títulos e valores mobiliários	98.130	(194.599)
(Aumento) em operações de crédito	(349.545)	(187.781)
Redução em outros créditos	(32.216)	(76.531)
Aumento/(redução) em outros valores e bens	524	(1.466)
Aumento em outras obrigações	(8.597)	(153.119)
Caixa líquido (utilizado nas)/proveniente das atividades operacionais	(34.859)	94.591
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado de uso	(1.619)	(3.412)
Aplicações Intangível	(15.926)	(150)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(17.545)	(3.562)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(80.186)	(12.212)
Caixa líquido aplicado em atividades de financiamentos	(80.186)	(12.212)
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(132.590)	78.817
Caixa e equivalente de caixa no início do semestre	710.262	549.843
Caixa e equivalente de caixa no fim do semestre	577.672	628.660
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(132.590)	78.817

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Crefisa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos, (“Instituição” ou “Crefisa”) é uma instituição financeira privada e independente, constituída em 1964 e devidamente autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”), operando basicamente com crédito pessoal sem consignação. Atualmente, a Crefisa atua em todos os Estados do Brasil, com mais de 1.000 pontos de atendimento.

2. Base para elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis, da Crefisa S.A. foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e com a Lei das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/1976, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), apresentadas em conformidade com a Resolução BCB nº 2/2020. As demonstrações contábeis foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Crefisa S.A. conseguirá manter suas ações e cumprir suas obrigações de pagamento nos próximos exercícios.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

Essas demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição. Todos os saldos foram arredondados para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico e, quando aplicável, mensuração a valor justo, conforme descrito nas principais práticas contábeis a seguir.

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

As demonstrações contábeis referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2021 foram aprovadas pela Administração em 30 de agosto de 2021.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para contabilização das operações e elaboração das demonstrações contábeis são:

3.1. Disponibilidades

Para fins das demonstrações dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa, reservas livres em espécie no Banco Central do Brasil (apresentados como disponibilidades no balanço patrimonial), aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários imediatamente conversíveis ou com prazo original igual ou inferior a 90 (noventa) dias, conforme prevê a Resolução CMN nº 3.604/08 e apresenta risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Instituição para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

3.2. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Instituição estão contemplados abaixo:

a) Títulos e valores mobiliários

De acordo com o estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- Títulos para negociação: são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do semestre / exercício;
- Títulos disponíveis para venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento. Os ganhos e perdas não realizados são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários, sob o título de “ajustes de avaliação patrimonial”;
- Títulos mantidos até o vencimento: são aqueles em que há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do semestre.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Operações de crédito e provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações pré-fixadas foram registradas pelo valor do principal e os respectivos encargos, e retificadas pela conta correspondente de rendas a apropriar.

c) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação e aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "A" (risco mínimo) e "H" (risco máximo).

As operações classificadas como nível "H" (100% de provisão) permanecem nessa classificação por até seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas no mínimo no mesmo nível em que estavam classificadas, exceto quando eventos e condições indiquem e evidenciem amortização relevante da dívida e melhoras de garantias, conforme previsto pela Resolução CMN nº 2.682/99. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão existente e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação só são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

3.3. Ativo imobilizado

É demonstrado pelo custo de aquisição ou formação, deduzidas das respectivas depreciações acumuladas, calculadas até a data de encerramento do balanço. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: móveis e utensílios, sistemas de comunicações e instalações - 10% e sistemas de processamento de dados e veículos - 20%.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.4. Intangível

Conforme disposto na Resolução CMN nº 3.642/08, os ativos intangíveis devem corresponder aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade da Instituição ou exercidos com esta finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico, conforme Carta-Circular nº 3.357/08 do BACEN.

3.5. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.535/08, e na Resolução CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25, aplicável a partir do exercício de 2010, da seguinte forma:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. Não existem ativos contingentes para 30 de junho de 2021;
- Contingências passivas: são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação;
- Obrigações legais: são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

3.6. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos e encargos incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata dia", e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização. Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.7. Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15%, com um adicional de 10% sobre o lucro anual tributável excedente a R\$ 240, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação. A contribuição social apurada sobre o lucro ajustado na forma da legislação em vigor é calculada à alíquota de 15%.

Em virtude da publicação da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, a alíquota da CSLL foi majorada de 15% a 20%, a partir de 1º de março de 2020.

A alíquota da CSLL para os bancos de qualquer espécie, as instituições financeiras, pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização (pessoas jurídicas do setor financeiro) foi majorada em 5% para o período-base compreendido entre 1 de julho de 2021 e 31 de dezembro de 2021, nos termos da Lei 14.183/2021 (resultado da conversão em Lei da Medida Provisória (MP) 1.034/2021).

3.8. Créditos tributários

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social são calculados sobre as diferenças temporárias, sendo os seus efeitos registrados na rubrica "Outros créditos - diversos" com reflexo no resultado do período.

3.9. Redução de valor recuperável de ativos

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01, aprovado pela Resolução CMN no. 3.566/08, é reconhecida uma perda por impairment se o valor de contabilização de um ativo ou uma unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

3.10. Partes relacionadas

A divulgação de informações sobre as partes relacionadas é efetuada em consonância a Resolução CMN nº. 3.750/09, que determinou a adoção do Pronunciamento Técnico - CPC 05, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente à divulgação de informações sobre as partes relacionadas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.11. Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência, observando-se o critério “pro rata dia” para as de natureza financeiras. As rendas e os encargos são apropriados em razão da fluência de seus prazos.

3.12. Mensuração a valor justo

A metodologia aplicada para mensuração do valor justo em ativos e passivos financeiros, quando aplicável, é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, dados divulgados pelas diversas associações de classe, o valor das quotas de fundos de investimento divulgados pelos seus administradores, bolsa de valores e bolsa de mercadorias e de futuros, aplicáveis para a data base de balanço. Assim quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

3.13. Uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor justo de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação e amortização dos itens do ativo imobilizado e intangível; (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes da provisão para perda esperada associada ao risco de crédito e dos passivos contingentes e (iv) expectativa de realização do crédito tributário.

Os valores de eventual liquidação desses ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

3.14. Lucro por ação

É calculado com base na quantidade de ações do capital social integralizado na data das demonstrações contábeis.

3.15. Resultado recorrente e não recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O resultado recorrente corresponde as atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Os resultados recorrentes e não recorrentes estão apresentados na nota explicativa nº 20b.

3.16. Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão, compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base de autorização para sua emissão;
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4. Disponibilidades

Caixa e equivalente de caixa:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Caixa e depósitos bancários	116.055	71.946
Aplicações no mercado aberto - posição bancada - Letras do Tesouro Nacional	461.617	638.316
	<u>577.672</u>	<u>710.262</u>

(i) O prazo de vencimento do título que lastreiam a operação compromissadas é de 10 de outubro de 2021.

4.1. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Aplicações em depósitos interfinanceiros - ligadas	-	40.368
Aplicações em depósitos interfinanceiros - Não ligadas	1.925.463	1.696.509
Total	<u>1.925.463</u>	<u>1.736.877</u>

A carteira é composta por depósitos interfinanceiros, custodiados conforme as determinações do BACEN, remunerados às taxas pós-fixadas e com vencimentos até janeiro de 2022.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez:

Receita líquida com depósitos interfinanceiros:

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Rendas de aplicações interfinanceiros de liquidez	30.540	34.764

5. Instrumentos financeiros

5.1. Títulos e valores mobiliários

As cotas de fundos de investimentos estão classificadas na categoria "Títulos para negociação" a valor de mercado na cotação do dia, não havendo vencimento e estão compostos como segue:

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Cotas de fundo de curto prazo	2	3
Cotas de fundo referenciado	92.784	186.439
Cotas de fundo de renda fixa	1.681.928	1.681.272
Letras financeiras do Tesouro (i)	<u>65.808</u>	<u>70.938</u>
Total	<u><u>1.840.522</u></u>	<u><u>1.938.652</u></u>

(i) Os prazos de vencimento dos títulos variam entre os dias 01 de março de 2022 a 01 de outubro de 2022.

Resultado de operações com títulos e valores mobiliários:

Receita líquida com títulos e valores mobiliários:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota Explicativa nº 5 (1))	30.540	34.764
Rendas de títulos de renda fixa	<u>22.288</u>	<u>32.114</u>
Total	<u><u>52.828</u></u>	<u><u>66.878</u></u>

Durante o semestre não foram efetuadas reclassificações de títulos e valores mobiliários entre outras categorias evidenciadas pela Nota Explicativa nº 3.2.

5.2. Operações de crédito

As operações de crédito em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro 2020 estão compostas por Empréstimos - Crédito Pessoal Pessoa Física - Setor Privado, Pessoa Jurídica - Outros Créditos com taxas prefixadas e pós-fixadas, atualizadas de acordo com os contratos. Composição das operações de crédito por vencimento das parcelas:

CREFISA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A composição da carteira de operações de crédito é demonstrada como segue:

a) Por tipo de operação

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Ativo circulante		
Empréstimos e títulos descontados	1.433.631	1.306.540
Outros créditos com característica de concessão	7.738	155.502
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(394.694)	(408.769)
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(5.426)	-
	<u>1.041.249</u>	<u>1.053.273</u>
Ativo não circulante		
Empréstimos e títulos descontados	1.221	157.649
Outros créditos com característica de concessão	132.094	-
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(11)	(157.649)
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(50.671)	-
	<u>82.633</u>	<u>-</u>
Total	<u><u>1.123.882</u></u>	<u><u>1.053.273</u></u>

b) Por atividade) Por atividade econômica

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Setor privado		
Pessoas físicas	1.434.852	1.464.189
Pessoas jurídicas	139.832	155.502
	<u>1.574.684</u>	<u>1.619.691</u>

c) Por faixa de vencimento

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
A vencer:		
Até 30 dias	263.686	232.936
De 31 a 60 dias	137.862	195.709
De 61 a 90 dias	149.150	102.794
De 91 a 180 dias	286.765	233.039
De 181 a 360 dias	165.996	149.349
Acima de 360 dias	133.315	157.649
	<u>1.136.774</u>	<u>1.071.476</u>
Vencidos:		
De 15 a 30 dias	58.079	44.712
De 31 a 60 dias	48.405	62.546
De 61 a 90 dias	56.093	48.526
De 91 a 120 dias	42.214	58.703
De 121 a 150 dias	55.861	67.325
De 151 a 180 dias	42.231	36.871
De 181 a 240 dias	72.690	116.085
De 241 a 300 dias	42.598	74.273
De 301 a 360 dias	19.739	39.174
	<u>437.910</u>	<u>548.215</u>
Total	<u><u>1.574.684</u></u>	<u><u>1.619.691</u></u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

5.3. Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2021 e exercício findo 31 de dezembro de 2020, a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito foi movimentada pelos seguintes eventos:

	2021	2020
Saldos iniciais	566.418	789.265
Baixas contra a provisão	(378.882)	(1.005.228)
Provisão constituída no período	263.266	782.381
Saldos finais	<u>450.802</u>	<u>566.418</u>

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2021, as recuperações por recebimento das operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo foram reconhecidas como “Recuperação de Créditos Baixados para Prejuízo” no valor de R\$ 97.279 (R\$218.726 em 31 de dezembro de 2020).

De acordo com as Resoluções nº 2.682 de 21 de dezembro de 1999 e nº 2.697, de 24 de fevereiro de 2000, do Conselho Monetário Nacional, a metodologia de cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa é mensurada com base nos níveis de risco da carteira de créditos. Em 30 de junho de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, o risco da carteira estava assim distribuído:

Nível de risco	Percentual de provisão	2021		2020	
		Valor da carteira	Provisão	Valor da carteira	Provisão
A	0,5%	732.807	3.664	690.829	3.454
B	1,0%	78.374	784	49.040	490
C	3,0%	68.590	2.058	80.789	2.424
D	10,0%	82.426	8.243	54.657	5.466
E	30,0%	196.717	73.163	218.960	73.634
F	50,0%	70.413	35.206	67.398	33.699
G	70,0%	58.906	41,234	35.892	25.125
H	100,0%	286.450	286.450	422.126	422.126
Total		<u>1.574.683</u>	<u>450.802</u>	<u>1.619.691</u>	<u>566.418</u>

CREFISA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Outros créditos

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Depósitos judiciais (a)	43.078	40.205
Recebimentos diversos (b)	31.718	9.719
Títulos e créditos a receber (c)	90.803	100.905
IRPJ a compensar	42.855	33.703
CSLL a compensar	10.699	5.266
TECBAN e Saque Pague (d)	210.500	208.336
Outros	1.378	2.180
Créditos Tributários (Nota Explicativa nº17)	<u>203.078</u>	<u>247.908</u>
	<u>634.109</u>	<u>648.222</u>
Circulante	306.529	360.109
Não circulante	327.580	288.113

(a) Referem-se basicamente a depósitos judiciais para garantia de processos de natureza cível, tributário e trabalhista;

(b) Refere-se a recebimentos de operações de crédito ocorridos no final do mês de junho de 2021 e disponíveis nas contas correntes bancárias da Instituição no início do mês de julho de 2021;

(c) Em 2017, a Instituição transacionou operações com características de concessão de crédito junto à pessoa jurídica (não ligada) a qual pode ser demonstrada da seguinte forma:

▪ Tipo de operação:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Ativo circulante		
Outros Créditos (Títulos e créditos a receber)	146.900	155.502
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(56.097)	(54.597)
Total	<u>90.803</u>	<u>100.905</u>

▪ Atividade econômica:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Setor privado		
Pessoas jurídicas	146.900	155.502
Total	<u>146.900</u>	<u>155.502</u>

▪ Faixa de vencimento:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
A vencer:		
De 91 a 180 dias	146.900	155.502
Total	<u>146.900</u>	<u>155.502</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	2021	2020
Saldos iniciais	54.597	45.597
Baixas contra a provisão	-	-
Provisão constituída	1.500	9.000
Saldos finais	56.097	54.597

(d) Refere-se à disponibilidade de numerário para clientes, para operações e saques.

7. Ativo não circulante - Permanente

7.1. Composição - Imobilizado

	2021		2020	
	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Imobilizado Líquido	Imobilizado Líquido
Instalações	4.903	(2.775)	2.128	2.371
Mobiliário	1.278	(942)	336	393
Equipamentos de processamento de dados	40.794	(31.854)	8.940	10.005
Equipamentos de comunicação e segurança	4.867	(4.728)	139	175
Outros equipamentos	6.486	(3.922)	2.564	2.847
Terrenos	5.507	-	5.507	5.507
Edificações	2.641	(1.181)	1.460	1.512
	<u>66.476</u>	<u>(45.402)</u>	<u>21.074</u>	<u>22.810</u>

7.2. Movimentação - Imobilizado

	31/12/2020	Adições	Baixas	30/06/2021
Instalações	4.903	-	-	4.903
Mobiliário	1.298	-	(20)	1.278
Equipamentos de processamento de dados	39.769	1.533	(508)	40.794
Equipamentos de comunicação e segurança	4.863	4	-	4.867
Outros equipamentos	6.539	82	(135)	6.486
Terrenos	5.507	-	-	5.507
Edificações	2.641	-	-	2.641
	<u>65.520</u>	<u>1.619</u>	<u>(663)</u>	<u>66.476</u>

7.3. Composição - Intangível

	2021		2020	
	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Licenças e direitos autorais de uso	16.279	(225)	16.054	333
Outros ativos intangíveis	40.414	(35.824)	4.590	7.024
Benfeitorias	3.292	(1.703)	1.589	1.703
Total Intangível	<u>59.985</u>	<u>(37.752)</u>	<u>22.233</u>	<u>9.060</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

7.4. Movimentação - Intangível

	31/12/2020	Adições	Baixas	30/06/2021
Licenças e direitos autorais de uso (i)	350	15.928	-	16.278
Outros ativos intangíveis	40.417	-	(2)	40.415
Benfeitorias	3.292	-	-	3.292
Total Intangível	44.059	15.928	(2)	59.985

(i) Refere-se a aquisição de direito de uso de softwares.

8. Outras obrigações - fiscais e previdenciárias

A conta "Outras obrigações - fiscais e previdenciárias" possuía a seguinte composição:

	2021	2020
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	20.682	-
PIS e COFINS - Provisão constituída	7.783	7.957
PIS e COFINS - Parcelamento	60.093	66.291
INSS - Parcelamento	1.991	2.197
Outros	18.618	28.404
Total	109.167	104.849

9. Outras obrigações - Diversas - circulante

A conta "Outras obrigações - diversas" possuía a seguinte composição:

	2021	2020
Outros Depósitos	15.076	20.707
Provisão para pagamentos a efetuar - pessoal	1.818	1.245
Outras Despesas Administrativas	31.323	23.375
Honorários Advocatícios	20.000	19.500
Credores Diversos	645	532
Total	68.862	65.359

10. Outras obrigações - Diversas - não circulante

A Instituição, na execução das suas atividades normais, é parte integrante em demandas judiciais de natureza tributária, legal, cível e trabalhista. As provisões decorrentes dessas demandas são constituídas com base em opinião de assessores legais, através da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e desfecho de causa. A revisão das provisões ocorre no mínimo semestralmente, ou a qualquer tempo, sempre que se verificar alguma discrepância na sua metodologia, e são ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente. Se já não for mais provável que seja necessário o desembolso, a provisão é revertida.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A composição e movimentação da provisão para demandas judiciais podem ser assim demonstradas:

	<u>31/12/2020</u>	<u>Adição</u>	<u>Baixa</u>	<u>30/06/2021</u>
Matéria				
Trabalhista	49.575	1.525	-	51.100
Cível	3.777	2.016	-	5.793
Saldo final	<u>53.352</u>	<u>3.541</u>	<u>-</u>	<u>56.893</u>

Perdas possíveis não provisionadas nas demonstrações contábeis

As demandas judiciais de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, podem ser assim demonstradas:

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Tributárias		
IRPJ e CSLL	770	699
Cíveis		
Perdas e danos	426.182	370.159
Trabalhistas		
Reclamação trabalhista	87.183	87.199
Total	<u>514.135</u>	<u>458.057</u>

11. Patrimônio Líquido

11.1. Capital social

O capital social em 30 de junho de 2021, subscrito e totalmente integralizado, é de R\$ 5.400.000 (R\$ 5.100.000 em 31 de dezembro 2020) e está representado por 5.400.000.000 de ações ordinárias nominativas de R\$ 1,00 cada (5.100.000.000 ações ordinárias nominativas em 31 de dezembro 2020 de R\$ 1,00 cada).

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2021, foi aprovado o aumento do capital social no montante de R\$ 300.000, sendo realizado da seguinte forma R\$ 163.439 pela Reservas de lucros - Estatutárias e R\$ 136.561 juros sobre o capital não distribuído, passando de R\$ 5.100.000 para R\$ 5.400.000, mediante a emissão de 300.000.000 de ações ordinárias nominativas no valor de R\$1,00 cada. Este aumento foi homologado pelo BACEN em 13 de maio de 2021.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

11.2. Reserva de lucros

A reserva legal é constituída a taxa de 5% sobre o lucro líquido até atingir o limite fixado em lei, e o saldo remanescente destinado a reservas estatutárias, ficando à disposição da Assembleia Geral.

No semestre findo em 30 de junho de 2021 foi constituído o montante de R\$ 5.527 (R\$ 8.007 no semestre findo em 30 de junho de 2020) a título de reserva legal.

O saldo de reserva legal em 30 de junho de 2021 é de R\$ 118.362 (R\$ 107.723 em 30 de junho de 2020).

11.3. Reserva de retenção de lucros - estatutária

A reserva estatutária é composta pelo saldo remanescente do lucro líquido após destinação do percentual para a reserva legal; ficando à disposição da Assembleia Geral.

No semestre findo em 30 de junho de 2021 foi constituído o montante de R\$ 105.020 (R\$ 152.138 no semestre findo em 30 de junho de 2020).

O saldo de reserva estatutária em 30 de junho de 2021 é de R\$ 212.030 (R\$ 566.130 em 30 de junho de 2020).

No semestre findo em 30 de junho de 2020, foram destinados das reservas estatutárias R\$ 95.200 para constituição de reservas especial de lucros.

11.4. Dividendos e juros sobre capital próprio

O capital é remunerado por meio da distribuição de dividendo mínimo obrigatório, previsto no estatuto, de 25% sobre o lucro líquido ajustado do exercício. A distribuição de dividendos está sujeita à proposta da Diretoria e à Assembleia Geral de Acionistas, a qual poderá deliberar sobre a retenção total ou parcial dos lucros. Durante o semestre findo em 30 de junho de 2021, foram distribuídos dividendos no montante de R\$ 63.386 (R\$10.872 em 2020), e pagos a remuneração do capital próprio aos acionistas, calculada nos termos da Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995, o montante de R\$ 136.561 (R\$ 102.966 no semestre de 2020).

Do montante de R\$ 16.800 (distribuído no primeiro semestre de 2020)., o valor de R\$ 136.561 (provisionado no passivo), foi utilizado para o aumento de capital.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Instituição possui como controladora, a holding Crefipar Participações e Empreendimentos S.A. Nos semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020, a Instituição não operou com essa parte relacionada.

Os valores destinados a título de remuneração de juros sobre o capital próprio serão revertidos em aumento de capital.

12. Transações com partes relacionadas

12.1. Transações com controladores (diretas e indiretas)

A Instituição e suas empresas ligadas mantêm transações entre si, e são divulgadas em atendimento à Resolução CMN nº 3.750/2009. As transações envolvendo partes relacionadas são realizadas em condições de mercado no tocante a encargos e prazos.

A seguir demonstramos o resumo destas transações.

	Ativo		Receita	
	2021	2020	2021	2020
Disponibilidade				
Banco Crefisa S.A.	111.877	36.609	-	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	60.965	9	1.069
Total	111.877	97.574	9	1.069
	Passivo		Despesa	
	2021	2020	2021	2020
Outras obrigações - diversas				
Adobe Assessoria de Serviços (a)	-	-	225.799	286.607
Toscana Telemarketing e Serv.em Geral (b)	-	-	7.200	8.600
Panda Agência de Publ. e Propaganda (c)	-	3.658	1.743	30.743
Banco Crefisa S.A. (e)	54	-	77.002	-
Total	54	3.658	311.744	325.950

- a) Refere-se a despesas com serviços de atendimento aos clientes, elaboração e análise de cadastro, cobrança, serviços de informática (assistência técnica e compra de equipamentos) e segurança de dados, cessão de espaço para atendimento, publicidade e propaganda e contingências, classificadas em outras despesas administrativas;
- (b) Refere-se a despesas com serviços de call center, atendimento telefônico a clientes, cobrança, SAC e divulgação;
- (c) Refere-se a despesas com serviços de agenciamento com propaganda e publicidade;
- (d) Refere-se a despesas de prestação de serviços de assessoria e consultoria financeira, elaboração de relatórios, gestão de carteira de títulos e valores mobiliários, comissão de fiança e indicação de clientes.

CREFISA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Outras despesas administrativas

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Despesa de água e energia elétrica	720	710
Despesas com correios e malotes	2.426	1.637
Despesas de comunicações	8.560	10.260
Doações e patrocínios	1.200	61.003
Despesas de manutenção conservação e limpeza	2.887	2.238
Despesas de materiais de escritório	652	125
Despesas com serviços de manutenção de sistemas	29.545	15.945
Despesas de prestação de serviços comerciais (i)	110.689	42.236
Despesas de publicidade e propaganda	70.767	123.284
Despesas de serviços de cobrança	186.726	257.902
Despesas de guarda de valores	-	207
Despesas de tarifas bancárias	82.456	62.012
Despesas com assessoria técnica especializada	9.193	16.526
Despesas de execução e acordos judiciais	28.892	17.119
Despesas diversas	4.020	9.069
Total	<u>538.733</u>	<u>620.273</u>

(i) Refere-se a serviços prestados pelo Banco Crefisa S.A., com assessoria de financeira.

14. Despesas tributárias

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Despesas com ISS	729	793
Despesas com COFINS	38.536	54.859
Despesas com PIS	6.262	8.915
Despesas com IPTU	189	183
Despesas com Impostos Federais	1.766	307
Total	<u>47.482</u>	<u>65.057</u>

15. Outras receitas operacionais

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Ressarcimento de despesas	10	11
Recuperação de depósitos judiciais	634	401
Outras	-	17.809
Encargos moratórios (a)	111.126	183.242
Total	<u>111.770</u>	<u>201.463</u>

a) Refere-se recuperação de créditos de operações em atraso.

CREFISA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Outras despesas operacionais

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Amortização e depreciação	6.001	7.248
Outras operacionais	3.093	7.003
Provisões trabalhistas e cíveis	3.541	-
Tarifas Mastercard	2.185	1.187
Juros	731	111
Variação cambial	467	-
Operação cartão pré-pago	4.591	1.360
Outras	353	854
Total	<u>20.962</u>	<u>17.763</u>

17. Imposto de Renda e Contribuição Social

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Natureza dos Ajustes		
Resultado antes da tributação s/lucro e deduzidas as participações e JCP	177.019	292.332
Adições / (exclusões):	<u>(123.988)</u>	<u>(19.213)</u>
Provisão para contingências	3.541	(2.079)
Provisão para Devedores Duvidosos	263.266	468.633
Outras provisões	236	-
Perdas Lei 9430/96 - PF	(279.133)	(384.820)
Juros sobre o Capital próprio	(112.000)	(102.966)
Participações sobre o lucro	(960)	(968)
Incentivos Fiscais	1.200	1.100
Outros	(138)	1.887
Base de cálculo do IRPJ	<u>53.031</u>	<u>273.119</u>
Imposto de renda calculado	13.246	68.267
Incentivos fiscais de dedução	(519)	(1.353)
Imposto de renda apurado	<u>12.727</u>	<u>66.914</u>
Base de cálculo da CSLL	<u>53.031</u>	<u>273.119</u>
Contribuição social apurada	7.955	40.968
Total IRPJ e CSLL apurado	<u>20.682</u>	<u>107.882</u>
IRPJ - Estimativa	(8.492)	(30.125)
CSLL - Estimativa	(5.330)	(13.882)
Total IRPJ e CSLL devido	<u>6.860</u>	<u>63.875</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Ativo diferido IRPJ e CSLL

Em 30 de junho de 2021 a Instituição constituiu crédito tributário sobre diferenças temporárias no valor total de R\$ 203.078 (314.577 em 2020).

O objetivo da constituição do crédito foi adequar as melhores práticas contábeis, visando o equilíbrio das contas de resultado versus contas patrimoniais, e demonstrando de forma clara e efetiva a transparência nas demonstrações contábeis.

(a) Composição do ativo diferido:

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Provisão para contingências Trabalhistas	51.100	49.576
Provisão para Devedores Duvidosos	450.801	566.417
Provisão Contingências Cíveis	5.793	3.777
Base de cálculo	<u>507.694</u>	<u>619.770</u>
Cálculo:		
CSLL - 15%	76.154	92.966
IRPJ - 25%	126.924	154.942
Total saldo do crédito tributário	<u>203.078</u>	<u>247.908</u>

- (a) Conforme histórico da área jurídica, os processos judiciais demandam em média 4 anos para finalização, considerando algumas variáveis, tais como acordos judiciais, regiões onde se questionam os processos, tendências jurisprudenciais, entre outros
- (b) Os contratos firmados com os clientes possuem fluxo de pagamento médio de 12 parcelas, associado às regras da Resolução nº 2.682/99 do CMN, pode-se concluir, conservadoramente, que a totalidade da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito será revertida à prejuízo no prazo máximo de 2 anos.

(b) Movimentação da composição do ativo diferido:

	Saldos em	Movimentações		Saldos em
		Realizações/ Baixas/ Transferências	Constituições	
	<u>31/12/2020</u>			<u>30/06/2021</u>
Provisão para contingências Trabalhistas	49.575	1.525	-	51.100
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito s	566.418	263.266	(378.883)	450.801
Provisão Contingências Cíveis	3.777	2.016	-	5.793
Total	<u>619.770</u>	<u>266.807</u>	<u>(378.883)</u>	<u>507.694</u>

O valor presente desses créditos tributários, calculado utilizando a taxa média SELIC em 6,5% é R\$ 190.683.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(c) Expectativa de realização do ativo diferido

O crédito tributário da Instituição em 30 de junho de 2021 representado por diferenças temporárias provenientes da provisão para créditos de liquidação duvidosa e provisão para demandas judiciais, possuem a seguinte expectativa de realização:

Base	R\$	Expectativa de realização
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	180.321	24 meses
Provisão para demandas judiciais	22.757	20 meses
Total	203.078	

19. Comitê de remuneração

A Instituição adota apenas remuneração fixa para seus administradores, e não concede planos de benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho, outros benefícios ao longo prazo e remuneração baseada em ações para diretoria e a administração.

No semestre findo em 30 de junho de 2021, foram pagos a título de honorários de diretoria o valor de R\$ 2.812 (R\$ 2.125 em 2020).

Possui Comitê de remuneração com as seguintes atribuições:

- Elaborar, supervisionar e operacionalizar a política de remuneração dos administradores;
- Avaliar cenários futuros, internos e externos e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração;
- Zelar para que a política de remuneração esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e situação financeira atual e esperada da instituição; e
- Seguir a lei e a regulamentação aplicável.

20. Gerenciamento de Riscos e de Capital

Gerenciamento de riscos

Em linha com a legislação vigente, o Conglomerado Prudencial Crefisa, que compreende a Crefisa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos e o Banco Crefisa S.A., possui estrutura de gerenciamento de riscos, segregada das áreas de negócios, compatível com o grau de complexidade e nível de risco das suas operações.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O processo de gerenciamento de riscos é suportado por metodologias, políticas e procedimentos que definem as diretrizes para identificar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar os principais riscos que o Conglomerado está exposto, em acordo com os níveis descritos na sua Declaração de Apetite por Riscos, desempenhando importante papel para seu crescimento sustentável.

Assim como é fundamental o gerenciamento individualizado de cada risco, também se avalia o impacto da interação entre os riscos, de modo a combinar a rentabilidade das operações com níveis de riscos, dando suporte na definição de estratégias e na tomada de decisão pela alta administração.

Os riscos são segregados em financeiros (crédito, mercado e IRRBB e liquidez) e não financeiros (operacional, socioambiental e de continuidade dos negócios) conforme o modo de mensuração de sua exposição.

Risco de crédito

O risco de crédito está associado ao não cumprimento, pelo tomador do recurso, de suas obrigações nos termos pactuados; à redução de remunerações ou ganhos esperados em operações de crédito; à reestruturação de instrumentos financeiros; ou aos custos para recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

Risco de mercado e IRRBB

O risco de mercado tem origem na flutuação das taxas de juros e das cotações de moeda na carteira de negociação; já o IRRBB vem do impacto de movimentos adversos das taxas de juros na carteira bancária.

Risco de liquidez

O risco de liquidez vem da possibilidade da instituição não ser capaz de honrar suas obrigações sem comprometer seu caixa ou de negociar seus ativos a preço de mercado sem incorrer em perdas significativas.

Risco operacional

O risco operacional está associado à falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos que impactem o alcance dos objetivos da instituição.

Risco socioambiental

O risco socioambiental vem da possibilidade de perdas decorrentes de danos socioambientais e seus efeitos em outros riscos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco de continuidade de negócios

O risco de continuidade de negócios tem origem na interrupção de serviços relevantes para o Conglomerado. O gerenciamento de continuidade de negócios fornece alicerces para que a instituição seja capaz de responder eficazmente a essas situações, de modo a salvaguardar suas atividades, estabelecendo estratégias para permitir a recuperação de dados e sistemas dentro de um prazo aceitável.

Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital do Conglomerado tem o objetivo de estabelecer uma base sólida de capital que viabilize o desenvolvimento dos negócios e operações da instituição, de acordo com seu plano estratégico, através de um processo contínuo de monitoramento e controle da sua suficiência, suportado por governança que estabelece diretrizes para assegurar a adequação aos limites regulatórios.

O índice de suficiência do capital é apurado segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/2013 e nº 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA). O escopo de consolidação utilizado como base para a verificação dos limites operacionais é o Conglomerado Prudencial, tendo como instituição líder a Crefisa S/A Crédito, Financiamento e Investimento. O Índice de Basileia apurado em 30 de junho de 2021 foi 61,5% e o Índice de Imobilização foi de 0,76%.

Adicionalmente, para fazer frente aos riscos assumidos para o cumprimento dos seus objetivos estratégicos e, em linha com a regulação vigente, o Conglomerado elabora anualmente plano de capital para os próximos três anos, considerando projeções de crescimento da sua carteira de crédito e demais ativos. Durante o 1º semestre de 2021 o plano se mostrou aderente à estratégia da instituição.

Complementarmente, avalia-se a suficiência de capital em cenários de estresse para os principais riscos que a instituição está exposta. Em 30 de junho de 2021, o índice de suficiência de capital ficou em 40,7%, mostrando que o Conglomerado está preparado para momentos de estresse.

Além disso, o Conglomerado também avalia a suficiência de capital considerando o impacto de diversas combinações de cenários de choques paralelos pré-definidos nas taxas de juros da carteira bancária, onde o índice na mesma data base ficou em 52%.

O relatório completo sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e capital está disponível no endereço eletrônico www.crefisa.com.br

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Outros assuntos

(a) Efeitos do Coronavírus nas demonstrações contábeis

A Administração da Instituição tem acompanhado atentamente os impactos do Coronavírus nos mercados de capitais mundiais e, em especial, no mercado brasileiro.

Nesse sentido, dentre os diversos riscos e incertezas aos quais à Instituição está exposta, a Administração avaliou os possíveis eventos econômicos que pudessem impactar a Instituição, tais como os relacionados as estimativas contábeis e mensuração dos seus ativos e passivos.

No semestre foram fechadas 30 lojas e adotamos medidas restritivas de circulação de pessoas e funcionamento de estabelecimentos.

Como consequência, o volume de operações sofreu uma queda da ordem de 1% no geral, e aumento em novos clientes da ordem de 864% em comparação como o mesmo período do ano anterior.

Observamos uma queda na carteira de crédito da ordem de 19%, com o indicador de inadimplência mantendo-se alto.

A Administração fez uso de benefícios tributários disponibilizados pelo Governo Federal, a fim de mitigar possíveis impactos nas demonstrações contábeis.

Por consequência da pandemia e todas as restrições que foram impostas no país, no primeiro semestre de 2021 tivemos uma redução sensível em nossas operações.

Em caráter de prevenção foram adotadas algumas medidas como, renegociações dívidas com clientes nos prazos, alteração das taxas de juros.

Tais medidas de forma positiva reduziram a inadimplência das operações.

Também adotamos medidas preventivas como trabalho Home Office com rodízio de horários e jornada de trabalho, sem a necessidade de demissões, redução salarial e corte de benefícios.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Resultados recorrentes e não recorrentes

De acordo com a Resolução BCB n°. 2/2020 (Artigo 34) e política de avaliação e mensuração de eventos não recorrentes da Instituição. Nosso resultado contábil no semestre findo em 30 de junho de 2021 foi de R\$ 110.547 e (R\$ 160.145 em 2020) líquido de impostos, sem a existência de resultados não recorrentes.

(c) Termo de Compromisso

Foi celebrado em 1º de dezembro de 2020 Termo de Compromisso com o Banco Central do Brasil para cessação e correção das práticas sob investigação no PE n 162300, não importando em confissão quanto à matéria de fato, nem reconhecimento da ilicitude das condutas analisadas no âmbito do processo.

As práticas, que foram cessadas em 08 de fevereiro de 2018, se referem à utilização de taxas não previstas em contrato para o cálculo do valor presente nos eventos de amortização ou liquidação antecipadas de operações de crédito pessoal e à cobrança, de maneira cumulativa, de juros remuneratórios e correção monetária de parcelas em atraso nos contratos de empréstimos pessoal.

A Instituição obrigou-se a devolver aos clientes adimplentes e a compensar nas dívidas dos clientes inadimplentes os valores referentes à utilização de taxas não previstas em contrato para cálculo do valor presente, que ocorreu em 3.337.928 contratos de 1.050.903 clientes, entre 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2017, no montante total de R\$138.487 O prazo para realizar essas compensações ou devoluções é de 36 meses, a contar de 1 de dezembro de 2020.

Também obrigou-se a devolver aos clientes adimplentes e a compensar nas dívidas dos clientes inadimplentes os valores referentes à cobrança, de maneira cumulativa, de juros remuneratórios e correção monetária de parcelas em atraso nos contratos de empréstimo pessoal, que ocorreu em 43.661 contratos de 40.115 clientes, entre 1º de setembro de 2017 a 07 de novembro de 2018, no montante total de R\$ 60. O prazo para realizar essas compensações ou devoluções é de 6 meses, a contar de 1º de dezembro de 2020.

Adicionalmente, a Instituição obrigou-se a pagar contribuição pecuniária ao Banco Central no valor de R\$1.800, importância que já foi quitada.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Portanto, o Termo de Compromisso tem um longo prazo de duração, ou seja, deverá ser cumprido pela instituição até 31 de dezembro de 2023, e só serão pagos valores que não puderem ser compensados com as dívidas dos clientes, que serão apuradas no decorrer desse prazo.

A Administração está apurando os montantes para compensação e provisão em virtude do termo firmado.

22. Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes relevantes que merecessem qualquer menção no respectivo relatório e/ou que pudessem alterar ou impactar os saldos das demonstrações contábeis.

Leila Mejdalani Pereira
Diretora Presidente

José Roberto Lamacchia
Diretor Superintendente

Celita Rosenthal Boraks
Diretora

Ivan Dumont Silva
Diretor

Paulo Sergio de Almeida
Diretor

Márcio Felipini
Contador-TC- CRC 197.370/O-2/